

REGISTROS PAROQUIAIS E NOVOS CAMINHOS PARA A HISTÓRIA SOCIAL

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Orgs.) *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, 392 p.

HUGO ANDRÉ FLORES FERNANDES ARAÚJO*

Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa é o resultado de um esforço coletivo de pesquisa, financiado pela FAPERJ (Edital Pensa-Rio/2010). A proposta do livro é ambiciosa, como toda reflexão histórica deveria ser. Os autores da coletânea se dispõem a problematizar questões metodológicas acerca do uso dos registros paroquiais, explorando, principalmente, assentos de batismo, casamento e óbito para investigar a história social da América Portuguesa entre os séculos XVII e XVIII. A reflexão metodológica é acompanhada por pesquisas que exercitam e indicam algumas das possibilidades de utilização deste vasto *corpus documental*.

A obra é composta por nove capítulos e está organizada em três partes. A primeira, intitulada *Métodos* (capítulos 1 a 3), apresenta reflexões e problemáticas em torno da organização e coleta dos dados, bem como sobre os cuidados e as particularidades que os assentos paroquiais demandam. A segunda parte, *Compadrio, Casamento e Trajetórias* (capítulos 4 a 7), apresenta exercícios de utilização da metodologia e dos registros paroquiais, observando a dinâmica das freguesias e dos grupos sociais no recôncavo do Rio de Janeiro no século XVIII. A terceira e última parte do livro, *Culto e História Social do Clero*, apresenta reflexões metodológicas e exercícios de pesquisa que ressaltam o potencial dos arquivos paroquiais na construção da análise em torno dos eclesiásticos e das práticas devocionais.

O primeiro capítulo é escrito por João Fragoso (*Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais – Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII*), nele o autor se dedica a apresentar detalhadamente um método para análise da história social

Resenha recebida em 30 de setembro e aprovada em 13 de novembro de 2015

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista da CAPES. E-mail: hugoaffa@hotmail.com.

por meio dos registros paroquiais. O texto de fôlego busca apresentar e caracterizar as fontes, indicando as possibilidades de pesquisa e sugerindo em diversas passagens como organizar os dados coletados. As inspirações teórico-metodológicas da proposta de Fragoso são explícitas e constantemente retomadas ao longo desse texto e dos outros da coletânea: a *microstoria italiana* (concedendo destaque aos apontamentos de Edoardo Grendi, mas também evocando as contribuições de Giovanni Levi e Carlo Ginzburg); a antropologia social de Fredrik Barth, que fornece chaves interpretativas importantes como a percepção do processo generativo da ação social, que por sua vez auxilia o pesquisador na apreensão da dinâmica relacional e na identificação do posicionamento dos indivíduos, assim como a natureza das escolhas feitas a partir de uma racionalidade limitada desses agentes sociais; e, por fim, as técnicas seriais, largamente utilizadas e desenvolvidas pela tradição francesa, também inspiram a análise, a partir de exemplos consagrados como Marc Bloch, Pierre Goubert, Ernest Labrousse, Pierre Vilar, Adeline Daumard e Fernand Braudel. Não é por acaso que todas essas inspirações teórico-metodológicas prezam por um aprofundamento da empiria, procedimento incontornável para analisar fontes massivas e reiterativas como os registros paroquiais. Desse modo, João Fragoso indica como construir a composição social das freguesias e localidades estudadas, dialogando diretamente com a demografia histórica, ao passo que propõe um contínuo jogo de escalas, analisando trajetórias individuais e familiares tanto da nobreza da terra da capitania fluminense, como das famílias vizinhas a esses potentados rurais e ainda atentando para as dinâmicas construídas por agentes sociais como escravos, forros e pardos. Fragoso consegue resgatar as relações desses agentes históricos, demonstrando como as pessoas dos vários níveis da hierarquia social interagiam e movimentavam a sociedade: filhos de escravos eram apadrinhados pela nobreza da terra; filhos ilegítimos e mestiços eram inseridos no seio familiar, pela ação das redes de solidariedade, estando na maioria das vezes subordinados aos filhos legítimos, mas ainda assim, exercendo papéis de intermediários com os níveis inferiores da hierarquia social, sobretudo em razão do apadrinhamento. O autor ainda observa as transformações ocorridas ao longo do tempo, uma vez que seu método sugere a análise de grupos familiares por cinco gerações, a fim de que possamos perceber os detalhes que definem o sistema de alianças e de transmissão patrimonial desses grupos.

Roberto Guedes é o autor do segundo capítulo: *Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidade de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII-XVIII)*. O autor apresenta uma discussão metodológica acurada e precisa, atentando para as nuances dos assentos de batismo, submetendo-os a uma rigorosa análise crítica, buscando

compreender como e por quem foram produzidos e organizados esses registros paroquiais. O objetivo de Guedes é apresentar uma metodologia possível para estudar as temáticas que orbitam em torno da escravidão e da mestiçagem, principalmente para os séculos XVII e XVIII, que ainda contam com poucos estudos, sobretudo se comparados aos estudos sobre o período imperial. O autor utiliza uma massiva base de dados que lhe permite perceber as dinâmicas do vocabulário social da cor e por consequência as dinâmicas da própria escravidão na capitania fluminense. Nesse sentido, Roberto Guedes indica que o registro da cor e da qualidade social foi um processo gestado na própria sociedade, anterior até mesmo às normatizações eclesiásticas, o que lhe permite perceber que essas práticas estavam intimamente relacionadas às transformações que ocorriam na escravidão e no tráfico de cativos. O autor ainda sugere que os dados apresentados colocam em cheque algumas tendências historiográficas, que, na sua visão, utilizam conceitos e ideias anacrônicas atreladas à ideia de racismo, antes da existência do próprio conceito de raça.

No terceiro capítulo, *Batismos, casamentos e formação de redes: os homens de negócio cariocas nas fontes paroquiais setecentistas*, Antônio Carlos Jucá de Sampaio apresenta as possibilidades de pesquisa e os cuidados metodológicos necessários à apreensão e análise das redes relacionais da praça mercantil fluminense. Ao caracterizar e indicar as potencialidades e limitações dos registros paroquiais (especialmente batismos, casamentos e testamentos), o autor aponta os equívocos recorrentes em análises que não atentam para as especificidades dessas fontes. O professor Jucá também indica a importância de relacionar os assentos paroquiais a outros tipos documentais de modo a construir um quadro mais acurado, que permita identificar a natureza e o alcance das relações construídas. Nesse sentido, o autor destaca a importância dos casamentos para os homens de negócio, sobretudo pela especificidade deste grupo, que apresenta índices baixos de recepção desse sacramento. Para alguns homens a opção pelo casamento revela uma estratégia de se aliar a outros homens de negócio e inserir-se em (ou construir) famílias de importância. Contudo, se os homens de negócio dificilmente contraíam o matrimônio, por diversas razões, como o autor indica, o mesmo não se pode dizer do batismo, pois, proporcionalmente, esse foi um dos grupos sociais que mais batizou, construindo assim amplas redes, que envolviam os diversos níveis da hierarquia social local. Antônio Carlos Jucá de Sampaio apresenta uma proposta metodológica rica, capaz de descortinar as ações desses agentes históricos e de inseri-los, de modo dinâmico, na sociedade em que viviam, o que certamente pode ser adaptado para outros

grupos desta sociedade, revelando de modo mais minucioso como essas pessoas se organizavam e, por consequência, como organizavam o mundo a sua volta.

A relação entre a ilegitimidade e as dinâmicas sociais da nobreza da terra são objetos do quarto capítulo, assinado por Ana Paula Cabral Tostes e Victor Luiz Alvares Oliveira. Os autores comparam as práticas de duas freguesias cariocas, Campo Grande e Jacarepaguá, indicando habilmente as nuances que permeavam as estratégias familiares de coesão e solidariedade, o que permitia a inserção de filhos pardos e ilegítimos nas atividades familiares, seja por meio das relações de compadrio com escravos, seja na preservação do patrimônio familiar em face às partilhas e desmembramentos de propriedades rurais.

Ana Paula Souza Rodrigues e Marcelo Inácio de Oliveira Alves são os autores do quinto capítulo, que aborda as estratégias das famílias senhoriais setecentistas nas freguesias de Jacutinga e São Gonçalo do Amarante, ambas situadas no recôncavo do Rio de Janeiro. Os autores analisam as estratégias locais de legitimação e perpetuação desses potentados rurais, observando como os descendentes dos primeiros conquistadores reagiam às mudanças ocorridas na capitania ao longo do século, bem como indicam as estratégias de inserção de reinóis que buscavam os atrativos da região, a qual experimentava um significativo aumento de importância econômica e política nos quadros da monarquia pluricontinental portuguesa.

O sexto capítulo é dedicado à análise das estratégias de reprodução social da elite mercantil no Rio de Janeiro setecentista, e de autoria de Lucimeire da Silva Oliveira. A autora se debruça principalmente sobre os banhos matrimoniais, indicando a sua potencialidade para recuperar dados da trajetória e também das relações sociais tecidas ao longo do tempo. As estratégias matrimoniais analisadas por Lucimeire Oliveira reforçam a percepção de que esse grupo se consolidou, ao longo do século XVIII, como a elite política e econômica da capitania, pela construção de alianças endogâmicas que fortaleceram a sua identidade.

Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista é o sétimo capítulo, escrito por Thiago Krause. Esse capítulo é o único da coletânea que não tem como objeto a capitania do Rio de Janeiro e, por esse motivo, traz elementos para comparação com outras importantes áreas da América lusa. Com efeito, Krause analisa as dinâmicas de compadrio entre livres e escravos em três paróquias do recôncavo baiano: Santo Amaro da Purificação, Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe e Paripe, e ainda a paróquia de Santo Amaro do Catu na ilha de Itaparica. O autor percebe e ressalta as nuances que diferenciavam o compadrio na capitania baiana, indicando como as variações regionais estavam atreladas a uma série de fatores, por exemplo, o grau de ligação ao tráfico atlântico, o que se refletia na quantidade de escravos em cada

região e, por consequência, na forma como as hierarquias sociais costumeiras se relacionavam com a escravidão.

As possibilidades de pesquisa no acervo do Mosteiro de São Bento (RJ) são alvo do oitavo capítulo, escrito por Beatriz Catão Cruz Santos. A autora apresenta os fundos documentais do Mosteiro indicando e destacando o potencial desse *corpus* para a história do clero regular e secular e, ainda, apontando caminhos para a pesquisa sobre os cultos, com destaque para São Gonçalo do Amarante. Beatriz Catão também indica como essas fontes revelam muito sobre as mudanças da organização eclesiástica na capitania, e nos aponta elementos para a compreensão dos cultos nas práticas sociais e econômicas da elite carioca.

Por fim, Anderson José Machado de Oliveira se debruça sobre a temática dos sacerdotes de cor, no nono capítulo. O autor apresenta uma proposta metodológica para analisar o processo de inserção desses homens de cor na carreira eclesiástica, atentando para as dificuldades e alternativas inerentes a esse estudo. Anderson de Oliveira analisa as habilitações sacerdotais do Rio de Janeiro, entre 1669-1823, utilizando uma pequena amostragem que, contudo, é bastante reveladora das tendências que marcaram as estratégias e as dinâmicas de habilitação dos sacerdotes de cor. Em diálogo com as propostas da *microstoria*, sobretudo com a ideia de *excepcional normal*, o autor apresenta um percurso metodológico que lhe permite identificar e analisar as trajetórias do clero nativo, atentando principalmente para a maneira como as fontes foram produzidas e para os silêncios decorrentes dessa produção.

Em síntese, a obra em questão apresenta discussões incontornáveis para a história social da América lusa. A linguagem acessível favorece aos jovens pesquisadores, que podem encontrar aqui diversas opções metodológicas para organizar suas pesquisas, desde o início. As discussões apresentadas pelas pesquisas expostas são centrais e colocam novas questões para a historiografia do período colonial, especialmente para os estudos sobre a escravidão durante os séculos XVII e XVIII e para a análise das hierarquias sociais costumeiras, que tanto informam sobre a organização social do nosso passado colonial. O livro ao mesmo tempo convida e desafia os pesquisadores a desbravar os arquivos paroquiais, a fim de descortinar a história social da América portuguesa.